

# A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO\*

**CARLOS AUGUSTO COSTA**  
Almirante-de-Esquadra (FN-RM1)

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Antecedentes  
Desenvolvimento das ações  
Estratégias adotadas  
Conclusão

## INTRODUÇÃO

No processo de descolonização que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial, os ingleses procuraram colocar nos governos dos países que se tornaram independentes da Coroa monarcas de sua absoluta confiança, enquanto, inicialmente, a União Soviética e os Estados Unidos davam apoio ao Estado de Israel

instalado na Palestina em 1948 e que havia se firmado na região após derrotar uma coalizão de países árabes em uma guerra encerrada em janeiro de 1949.

Em 1952, um golpe militar liderado pelo Coronel Gamel Abdel Nasser depôs a corrupta e neocolonizada monarquia Faruk do Egito. Nasser nacionalizou o Canal de Suez e criou o movimento pan-arábico com o objetivo de integrar estes países em um bloco

---

\* N.R.: O presente texto é o da palestra que foi proferida pelo autor atendendo ao convite do comandante da Escola de Guerra Naval para participar do seminário "A Guerra do Iraque e as Primeiras Consequências de Aplicação de Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos de Setembro de 2002", realizado em julho de 2003.

político, tornando-se o líder do nacionalismo árabe. Seguindo o exemplo do Egito sucederam-se as derrubadas das monarquias instaladas pelos ocidentais após a Segunda Guerra Mundial (Iraque em 1958, Iêmem em 1962 e Líbia em 1969), por serem consideradas inoperantes em adotarem políticas de contenção ao Estado de Israel, criado contra a vontade de todo mundo árabe.

Mais tarde, o nacionalismo árabe contou com a ajuda da União Soviética, tendo em vista a política desta última de apoio aos movimentos anticolonialistas no Terceiro Mundo, bem como terem os soviéticos passado a identificar os norte-americanos, e não mais os britânicos, como seus principais adversários. Entretanto, a ideologia marxista era encarada com aversão pelo clero muçulmano. Assim, em plena Guerra Fria, para combater o nacionalismo árabe que se aproximava da União Soviética, instituições anglo-americanas estimularam a proliferação das madraças (escolas religiosas islâmicas) e a pregação dos imãs e aiatolás que condenavam o comunismo e, em consequência, os governos nacionalistas locais, estabelecendo uma conexão entre eles.

A morte de Nasser em 1970 deixou um vácuo de liderança no movimento, tendo em vista a incapacidade dos líderes árabes de ocuparem o seu lugar. A militância do clero muçulmano e as seguidas derrotas infligidas por Israel em 1967 e 1973, associadas com a mencionada falta de liderança, abriram espaço para um surpreendente movimento regressista de restauração do fervor islâmico. Este movimento provocou a Revolução Iraniana de 1979, que depôs o Xá Reza Pahlevi, que era apoiado pelo Ocidente desde 1953, colocando no poder os aiatolás chefiados por Ruhollah Al Khomeini. No decorrer das ações revolucionárias, a embaixada americana em Teerã foi ocupada por estudantes que mantiveram como reféns 66 pessoas.

Neste mesmo ano, a União Soviética envolveu-se em uma guerra no Afeganistão para dar apoio ao regime pró-comunista de Cabul, em dificuldade com o movimento revolucionário fundamentalista islâmico. Nove anos depois, após terem lutado contra rebeldes apoiados por recursos dos Estados Unidos, da Arábia Saudita e os coletados por Osama Bin Laden, depois de perder 15.000 homens, os soviéticos, derrotados, retiraram suas tropas.

O exemplo do movimento liderado pelos fundamentalistas, que conquistara o poder no Irã, desafiara os Estados Unidos e derrotara a União Soviética no Afeganistão, espalhou-se pelo mundo muçulmano, tornando esse segmento religioso majoritário em vários países. Os fundamentalistas muçulmanos elegeram como seus inimigos os Governos islâmicos que colaboravam com os países ocidentais ou com a Rússia e, particularmente, os Estados Unidos, denominados por eles de "o Grande Satã". A Revolução Iraniana, a única revolução do século XX que não assumiu uma tendência pró-marxismo, tomou, por esta razão, um aspecto antiamericano.

O episódio da ocupação da embaixada em Teerã, com a captura e a manutenção de reféns, bem como a tentativa desastrosa do seu resgate, colocou o governo dos Estados Unidos em uma posição delicada, dando a chance que o oportunismo de Saddam Hussein, que em julho de 1979 acabara de assumir o poder no Iraque, aguardava para apresentar-se como o líder do mundo árabe.

## ANTECEDENTES

Em uma reunião secreta em Amã, Jordânia, com autoridades norte-americanas, Saddam Hussein propôs aos Estados Unidos que lhe dessem apoio na guerra contra o Irã para recuperar o controle da região rica em petróleo do Chatt Al Arab, assegurando que, com a ajuda dos Esta-

dos Unidos, em três semanas ele estaria em Teerã, bastando para isso o necessário suporte econômico e o acesso a modernos sistemas de armas. Com essa atitude, procurava também, derrotando o histórico inimigo persa, obter o apoio dos regimes conservadores da Península Arábica.

As estimativas iraquianas, entretanto, se desmoronaram em confronto com a realidade. Mesmo com o apoio do Ocidente (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França e Itália), a guerra planejada para ser de movimento, explorando o máximo a mobilidade, se transformou em uma guerra de atrição, estática, que se prolongou por nove anos, deixando em seu rastro milhares de mortos e dois países arruinados.

No decorrer desses nove anos de combate, em 1986, no momento em que as esperanças dos norte-americanos de terem o regime fundamentalista do Irã derrubado por Saddam Hussein desvaneceram-se, estourou nos Estados Unidos o escândalo Irã-Contras, quando o governo Reagan, por meio de seu vice-diretor do Conselho de Segurança Nacional, Tenente-Coronel Oliver North, coordenou um esquema ilegal e secreto de venda de armas ao Irã, com o objetivo de liberar norte-americanos em poder de grupos xiitas no Líbano e, posteriormente, desviar o dinheiro para a guerrilha dos Contras na Nicarágua.

Arruinado pela guerra contra o Irã, com uma dívida externa de US\$ 80 bilhões, prejudicado pelo baixo preço do petróleo no mercado internacional e sentindo-se traído pelos Estados Unidos, Saddam Hussein tentou, junto aos demais países árabes, aumentar o preço do petróleo para recompor as suas finanças, com o argumento de que ele os salvara dos fundamentalistas.

Tal tentativa não surtiu efeito, fazendo Saddam, voltando-se contra o Kuwait, reclamar a posse dos portos de Bubián e Uarba, que lhe dariam novos acessos ao

Golfo Pérsico (pretensão já abandonada em 1963). Além disso, exigia o perdão de uma dívida de guerra de US\$ 10 bilhões e uma indenização de US\$ 2,4 bilhões, alegando que, durante o conflito, o Kuwait extraía petróleo de seu campo de Rumaila, na fronteira entre os dois países. Entretanto, o Kuwait lhe acenou com somente 10 bilhões de dólares, desde que ele fizesse concessões territoriais nas fronteiras existentes. Irritado, Saddam, em agosto de 1990, determinou a ocupação do Kuwait e a sua transformação na 19ª província da República do Iraque. Para tal, acusou o Kuwait de causar a baixa do petróleo, vendendo mais que a cota estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os Estados Unidos, preocupados com o petróleo do Kuwait e com o futuro da Arábia Saudita, pressionaram a ONU a autorizar medidas de força contra o Iraque. Por outro lado, Saddam tentou expandir o conflito, buscando o apoio dos outros países muçulmanos, vinculando sua retirada à criação de um Estado Palestino, fazendo, desse modo, crescer os atritos entre judeus e palestinos em Israel e nos territórios ocupados.

A ONU, pela resolução 678, estabeleceu o prazo de 15 de janeiro de 1991 para a retirada das forças iraquianas do Kuwait, autorizando seus membros a utilizarem "todos os meios necessários" para garantir o seu cumprimento. Dois dias depois do prazo vencido, os americanos começaram os bombardeios aéreos e com mísseis de cruzeiro. Em represália, o Iraque bombardeou com foguetes cidades de Israel e da Arábia Saudita. No final de fevereiro, as forças da coalizão de 28 países encabeçados pelos Estados Unidos (incluindo um grande número de países islâmicos) invadiram o Kuwait e o sul do Iraque, sem encontrar resistência. Saddam Hussein se rendeu incondicionalmente em 27 de fevereiro, após cem horas de combate terrestre, ordenando a retirada de suas tro-

pas do país ocupado. Morreram, durante as seis semanas de conflito, mais de 100 mil iraquianos, contra pouco mais de três centenas de aliados. Os custos dessa guerra, contabilizados pelo Pentágono, foram de US\$ 61,1 bilhões, os quais foram pagos pela Arábia Saudita (US\$ 16,8), Kuwait (US\$ 16), Japão (US\$ 10,7), Alemanha (US\$ 6,6) e Estados Unidos (US\$ 7,4).

Nos meses que sucederam ao fim da guerra, grupos separatistas curdos e xiitas rebelaram-se no Iraque, aproveitando as dificuldades internas causadas pela derrota. Estas revoltas foram violentamente debeladas, ocasionando um fluxo indesejável de refugiados, particularmente curdos, nas áreas fronteiriças da Turquia e do Irã. A ajuda humanitária enviada pela ONU encontrou dificuldades para atuar, sendo alguns comboios que transportavam alimentos emboscados por iraquianos. Para proteger as atividades da ONU e promover o retorno dos refugiados foi estabelecida (pelos americanos, britânicos e franceses, sem respaldo de resolução do Conselho de Segurança) uma área de exclusão aérea ao norte do paralelo de 36N para a aviação iraquiana, ficando criado praticamente um enclave curdo.

Com essas garantias, os curdos realizaram eleições para estabelecer um Parlamento autônomo, eleições essas declaradas nulas por Saddam Hussein, mas confirmadas pelos Estados Unidos, que determinaram ao poder central do Iraque não interferir. Outras sanções enfraqueceram ainda mais o poder de Saddam: o estabelecimento de mais uma área de exclusão aérea ao sul do paralelo de 33N (também sem participação da ONU), para proteção dos xiitas, bem como, pela ONU, uma zona desmilitarizada na fronteira para o aumento da segurança do Kuwait e da Arábia Saudita. Anteriormente, através da Resolução 661 de agosto de 1990, o organismo internacional já havia estabelecido a limitação da produção de petróleo em aproximadamente 50% da capacidade

de iraquiana, permitindo, posteriormente, que os recursos provenientes de sua comercialização fossem empregados apenas na obtenção de remédios e alimentos.

A resolução 687 da ONU, de abril de 1991, referente ao armistício imposto ao Iraque, determinou a inspeção pelas Nações Unidas dos depósitos e locais de fabricação de munição a fim de evitar a posse pelo Iraque de armas de destruição em massa e o desmantelamento dos estoques porventura ainda existentes de agentes químicos, já empregados anteriormente contra os iranianos e os curdos, bem como restringiu o alcance dos mísseis do Iraque a 150 quilômetros. Essas inspeções causaram inúmeros problemas pela falta de cooperação iraquiana, pois o seu governo constantemente estabeleceu limitações de locais a serem visitados ou nas condições de suas execuções, culminando, em 1998, com a expulsão do país, por Saddam Hussein, dos inspetores da ONU.

No período que se seguiu ao conflito no Kuwait, os Estados Unidos mantiveram bases na Arábia Saudita. Tal fato desagradou aos fundamentalistas islâmicos, particularmente Osama Bin Laden, milionário saudita que controlava a organização terrorista Al-Qaeda, formada em 1988 por muçulmanos ex-combatentes no Afeganistão. A consequência imediata foi a execução de uma série de atentados terroristas, na década de 90, contra aquartelamentos, navios e embaixadas norte-americanas no exterior e até mesmo a colocação de carro-bomba na garagem do World Trade Center, em 1993.

Essas ações desviaram as atenções da administração Clinton do Iraque, pois um novo inimigo se apresentava, fazendo com que as reações contra o descumprimento da Resolução 687 não fossem intensas. Mesmo após os atentados de setembro de 2001, o revide imediato americano se dirigiu contra o regime Taliban, do Afeganistão, que

abrigava Bin Laden. Somente após a vitória na guerra, a substituição do governo afegão e a decepção pela não captura do líder da Al-Qaeda, os Estados Unidos voltaram as suas atenções contra o Iraque.

Em setembro de 2002 foi publicada a Estratégia de Segurança Nacional; em outubro Bush obteve a autorização do Congresso para ir à guerra contra Saddam, reflexo da ação "preemptiva" e unilateral exposta no documento mencionado e, na continuação de sua guerra contra o terrorismo, os Estados Unidos pressionaram a ONU para um ultimato ao Iraque.

Em decorrência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, em novembro de 2002, a Resolução 1.441, enfatizando a obrigatoriedade do cumprimento da Resolução 687 por parte do Iraque, determinando o regresso dos observadores expulsos por Saddam e o reinício imediato das inspeções paralisadas desde dezembro de 1998. Essa resolução, em seu item 13, alertava sobre "as graves consequências do seu não cumprimento". Deve-se notar que as forças da coalizão (Estados Unidos e Inglaterra, pois a França já havia abandonado a aliança), desde o final de 2001, haviam retomado os ataques aéreos às instalações de comando e controle e defesa antiaérea nas zonas de exclusão estabelecidas em território iraquiano.

George Bush pai foi muito criticado nos Estados Unidos por ter vencido a Guerra do Golfo, mas permitido que o ditador iraquiano permanecesse no poder; assim, desde que George W. Bush assumiu o governo, ficou evidente que um dos objetivos de sua política internacional seria retirar do poder Saddam Hussein, o qual acusava de:

- continuar a fabricar armas químicas e biológicas e ter planos de utilizá-las;
- tentar obter tecnologia e material para fabricar armas nucleares;

- desenvolver mísseis com alcances maiores que o estabelecido pela resolução 687;

- ocultar armamento e documentação dos inspetores da ONU;

- desrespeitar os direitos humanos;

- dar apoio ao terrorismo; e

- ameaçar seus vizinhos.

Portanto, o Iraque de Saddam se enquadrava em todos os itens que definem um Estado pária (*rogue state*) na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Neste mesmo documento, é afirmado que durante a Guerra do Golfo (1991) foram obtidas provas irrefutáveis da posse pelos iraquianos de armas químicas e da procura de obtenção de armas biológicas e nucleares, bem como que, quando existe a coincidência de um estado que patrocina o terrorismo com a busca de armas de destruição em massa, a América é compelida a reagir. Esses fatos justificavam a ação "preemptiva".

Portanto o discurso e as justificativas do presidente americano para acabar com o ditador iraquiano concentram-se no seu suposto apoio ao terrorismo e no seu arsenal de armas de destruição em massa. Tendo obtido a autorização do Congresso norte-americano e contando com o apoio incondicional da Inglaterra, passaram os norte americanos a tentar vencer as resistências apresentadas por França, Rússia e China, (membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e, portanto, com direito a veto), que consideravam necessário ser dado mais tempo aos inspetores para verificarem o cumprimento da resolução 1.441.

Enquanto aguardavam a definição da ONU, os Estados Unidos, que interpretam o item 13 da resolução 1.441 (enunciado com base no Capítulo VII da Carta da ONU) como autorização para o emprego da força, embora o seu texto seja diferente do da resolução 678 (autoriza o uso de todos os meios), concentraram mais de 200 mil mili-

tares, navios, aeronaves, armamentos e equipamentos correspondentes na região do Golfo Pérsico. Concorrentemente, seus aliados britânicos deslocaram para a região 45 mil militares.

Por outro lado, um aliado de primeira hora, o governo da Turquia, após concordar, em decorrência de acertos financeiros compensatórios, com a utilização de seu território para servir de base para 62 mil militares americanos atacarem o Iraque, não conseguiu a aprovação do acordo por parte de seu parlamento. O governo da Turquia, que enfrentou forte oposição popular por sua participação em uma guerra contra outro país islâmico, após a substituição de seu primeiro ministro, conseguiu em uma segunda votação apenas o parecer favorável para a utilização pela coalizão de seu espaço aéreo.

Em ofensiva diplomática, na busca dos nove votos necessários para a aprovação de suas pretensões, os Estados Unidos procuraram utilizar o orçamento regular de ajuda externa como instrumento de convencimento junto aos pequenos países com acento no Conselho de Segurança. Paralelamente, após a visita do secretário Colin Powell à China e o encontro de Bush com o presidente espanhol, Jose Maria Aznar, os americanos, ingleses e espanhóis levaram à ONU nova proposta de resolução autorizando o uso da força para desarmar o Iraque. Esta iniciativa tinha como principal propósito salvar de um desastre político o primeiro-ministro Tony Blair mais do que reconhecer a necessidade da autorização da ONU. Em contrapartida, o presidente Jacques Chirac, da França, e o chanceler alemão Gerhard Schroeder apresentaram outra proposta concedendo um prazo de quatro meses para a continuação das inspeções e o desarmamento do Iraque.

Considerando as posições assumidas em Paris no início do mês de março pelos

ministros das relações exteriores da Alemanha, Rússia e França contra a guerra, bem como a declaração do presidente Jacques Chirac de que a França não aprovaria a proposta e, ainda, o fracasso do esforço da diplomacia para obter os votos necessários no Conselho de Segurança, após uma reunião na Ilha dos Açores com seus aliados britânicos e espanhóis, o presidente Bush decidiu retirar a sua proposta de votação e unilateralmente apresentar um ultimato para que Saddam Hussein sãsse com seus filhos do Iraque num prazo de 48 horas, em mais uma clara aplicação de sua nova estratégia. Tendo em vista o não atendimento do ultimato por parte do governante iraquiano, a coalizão anglo-americana iniciou a guerra para a deposição de Saddam Hussein.

A demora da decisão do Conselho de Segurança preocupava os norte-americanos, que desejavam encerrar os combates terrestres antes do período de forte calor que tem início em meados de abril. Por outro lado, o problema com o parlamento turco implicou a transferência de cerca de 25 navios de transporte do Mar Mediterrâneo para o Golfo Pérsico, bem como fez com que o plano de ataque fosse modificado, enfraquecendo o seu flanco norte por não poder contar com o emprego de blindados, fazendo ainda com que o início das operações terrestre ocorresse sem a totalidade das forças em posição, manobra esta denominada pelos norte-americanos de "rolling start".

## DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

De acordo com a estrutura militar de guerra norte-americana, o presidente Bush, no exercício da Autoridade de Comando Nacional, tem a ele subordinados o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e os Comandos Conjuntos de Área. Neste caso, a

responsabilidade de condução das operações de guerra coube ao Comando Central (CENTCOM), sob a chefia do General Tommy Franks, por ser este comando responsável pela área do Oriente Médio.

O CENTCOM possui, forças previamente alocadas; entretanto, nessa situação especial, recebeu em reforço elementos normalmente destinados aos outros comandos, organizando-os em componentes operacionais: Marítimo, Terrestre, Aéreo e de Operações Especiais.

O Componente Terrestre, comandado pelo Ten.-Gen. McKierman, do Exército americano, recebeu o V Corpo de Exército do Ten.-Gen. Wallace e a I Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (IMEF) do Ten.-Gen. Conway.

A idéia de manobra do General McKierman era realizar dois ataques a partir do Kuwait na direção sul-norte. Um a oeste com o V Corpo, através do deserto da Síria, para negar posições de ataque para os mísseis iraquianos baterem Israel, conquistar o aeroporto de Tallil e, posteriormente, ultrapassando o Rio Eufrates em Najaf e Karbala e conquistar Bagdá. Outro mais ao leste, com a IMEF, para conquistar os campos petrolíferos do sul do Iraque e Basra e, ao mesmo tempo, fixar as forças iraquianas na região. Simultaneamente, com o 3º Comando dos Royal Marines, conquistar a Península de Al Faw através de um assalto anfíbio e Umm Qasr por um ataque terrestre.

A ofensiva seria lançada inicialmente no dia 22 de março de 2003; entretanto, no dia 20 pela manhã, ela foi antecipada para este mesmo dia com os ataques aéreos iniciando às 5h30 e as forças terrestres cruzando a fronteira às 20 horas locais. Esta mudança ocorreu devido a informes sobre o provável local de refúgio de Saddam nessa madrugada. Mais uma antecipação de quatro horas ocorreu no setor da I MEF, em decorrência de reconhecimento aerofotográfico

realizado no início da tarde do dia 20 que mostrava diversos poços em chamas no campo de Rumaila.

As operações iniciais ocorreram conforme o planejado, com a 3ª Divisão Anfíbia do V Corpo avançando praticamente sem oposição, conquistando o aeroporto de Tallil e atingido as cercanias de Karbala e Najaf; mais a leste, a I MEF prosseguiu para Nasiriyah com a 2ª MEB na vanguarda e atribuiu à 1ª Divisão Blindada britânica a conquista de Basra. O 3º Comando ao sul consolidou suas posições sem maiores problemas.

No dia 25 de março, com as forças da coalizão enfrentando uma forte tempestade de areia, sofrendo ataques nas suas linhas de abastecimento e encontrando uma resistência inesperada nas cidades às margens do Eufrates e em Basra, o comandante do Componente Terrestre realizou uma videoconferência com seus comandantes subordinados e, sentindo a preocupação do V Corpo com as linhas de abastecimento e a possibilidade de contra-ataques, resolveu reajustar a manobra, atribuindo à I MEF a conquista do setor oriental de Bagdá e estabelecendo o Tigre como limite entre as duas forças.

No dia 27 de março, a 173ª Brigada Aeroterrestre, subordinada ao V Corpo, saltou ao norte do Iraque para reforçar os elementos de operações especiais que desde o início das ações atuavam na área e a 1ª Div britânica, ampliou o controle sobre os campos de petróleo do sul e iniciou nova pressão para estabelecer o controle sobre Basra.

Ultrapassando a linha Karbala-Najaf-Nasiriya, a 3ª DivInf prosseguiu, enfrentando pequenas resistências, e ocupou o Aeroporto Internacional de Bagdá em 4 de abril. Por seu lado, a I MEF avançou conquistando Kut e, aproveitando um enorme espaço vazio entre duas divisões iraquianas, se infiltrou rumo a Bagdá, onde entrou

no dia 9 de abril. Seguiram-se cenas de destruição de ícones de Saddam Hussein e de vandalismo com saques indiscriminados.

O Componente Marítimo da força de coalizão, comandado pelo Vice-Almirante Keating, da Marinha americana, com cinco grupos de navios-aeródromos americanos e um inglês, totalizando 140 navios e 60 mil militares, teve como principal tarefa a projeção de poder sobre terra e, complementarmente, o controle de área marítima. Mais de 50% das sortidas aéreas sobre o Iraque partiram dos navios-aeródromos e mais de 800 mísseis Tomahawk foram lançados de seus navios. Durante a operação anfíbia em Al Faw foi realizado também o apoio de fogo naval clássico. A limpeza dos acessos ao porto de Um Qasr e no Chatt Al Arab, bem como a inspeção de navios fundeados na área, foi outra tarefa desempenhada por este componente.

O Componente Aéreo, comandado pelo Tenente-General Moseley, da Força Aérea americana, teve o seu Centro de Operações Aéreas estabelecido na base aérea de Prince Sultan, na Arábia Saudita, controlando mais de 1.500 sortidas diárias, empregando largamente para observação veículos aéreos não tripulados e mais de 50 satélites. A inovação tática nessa operação foi o apoio aéreo aproximado em ambiente urbano, desenvolvimento combinado que vinha sendo treinado por mais de um ano. Em 2003 foram lançadas sete vezes menos bombas e mísseis do que em 1991, entretanto a quantidade de munição guiada foi 20% superior.

O componente de Operações Especiais foi largamente empregado, mesmo antes do Dia-D, em missões de reconhecimento, levantamento de alvos, condução de tiro, bem como em conjunto com as forças curdas do norte. A ação mais visível foi a sua participação com os *marines* no controverso resgate da soldado Jéssica Lynch do seu cativo no Hospital Saddam, em Nasiriyah.

Para o apoio das forças envolvidas, foi estabelecida uma linha de abastecimento de 560 quilômetros, alongando-se do Kuwait até Bagdá, percorrida por mais de 2.500 viaturas transportando mais de duas toneladas dos mais variados tipos de suprimentos. Na manutenção da tropa hidratada e alimentada, as demandas diárias eram de 1,5 milhão de litros de água e 350.000 rações de combate. O consumo diário de combustível da coalizão foi de 15 milhões de galões.

## ESTRATÉGIAS ADOTADAS

Logo após o término da “primeira fase” da Guerra do Golfo, surgiram as primeiras críticas a respeito da estratégia adotada, denominada doutrina Colin Powell, que, na verdade, era a Doutrina da Superioridade Esmagadora de Forças, desenvolvida na década de 80, durante a administração Reagan. Esta doutrina enfatizava as vantagens norte-americanas em mobilidade estratégica, pré-posicionamento, treinamento, tecnologia e integração sistêmica dos meios para obter e manter uma superioridade decisiva com um mínimo de baixas e danos colaterais. Consistia na aplicação de massiva ou esmagadora força, tão rápido quanto possível, sobre o adversário, de modo a desarmar, incapacitar ou torná-lo militarmente impotente.

Em 1991 as forças terrestres ultrapassaram a cifra de 800 mil militares, sendo 541.400 dos Estados Unidos, contando com o apoio de mais de 2.500 aeronaves e 150 navios, que levaram seis meses para se concentrarem na área de operações. A coalizão era formada por 36 países, sendo que 14 muçulmanos.

As principais restrições diziam que a Guerra Fria tendo terminado e a União Soviética se dissolvido, inexistia uma ameaça que demandasse a manutenção de forças desse nível, que necessitam pesadas estruturas

fixas de bases para o seu apoio. São questionadas, também, as plataformas sofisticadas projetadas para enfrentarem as tropas do antigo adversário nas planícies da Europa Central. O aspecto das funções logísticas, particularmente a de transporte, é muito criticado, pela quantidade de meios envolvidos. Finalmente, os altos custos, que permeiam todos os pontos contestados dessa doutrina, são considerados inaceitáveis nessa era pós-Guerra Fria.

Em seqüência, começaram a surgir novas propostas, como a defendida por Andrew Marshall, denominada de "Revolução nos Assuntos Militares", que recebeu o acrônimo RMA. A premissa da RMA era que, com o término da Guerra Fria e o surgimento de novas tecnologias, não faz mais sentido a manutenção de grandes efetivos militares posicionados em um mesmo local, especialmente na Europa, pois as guerras futuras serão travadas na Ásia e no Oriente Médio, envolvendo armas guiadas com precisão que farão das grandes concentrações de tropa alvos compensadores. Essas serão guerras-relâmpago, podem ocorrer simultaneamente em vários locais diferentes sem serem anunciadas e devem ser travadas com meios ágeis. Marshall concluiu que as futuras aquisições militares deviam concentrar-se em mísseis, aeronaves de grande autonomia, veículos aéreos não tripulados e bombas inteligentes.

Outra alternativa surgiu em 1996 com a publicação do livro *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, escrito por Harlan Ulmann e James Wade. Nesse livro, os autores criticam a Superioridade Esmagadora, considerando-a ultrapassada e antieconômica, e apresentam as suas idéias para obter o rápido domínio do campo de batalha através da aplicação de "choque e pavor".

O Rápido Domínio está baseado na habilidade de afetar a vontade, percepção e o

entendimento do adversário, impondo dose suficiente de "choque e pavor", a fim de assegurar a obtenção do propósito estabelecido do envolvimento no conflito. Para esta finalidade, é necessário mover-se mais rapidamente e antecipar-se à reação do inimigo para dominá-lo física e psicologicamente, destruindo ou neutralizando a sua vontade de combater.

O secretário de Defesa Donald Rumsfeld é apologista dessas novas concepções e vem, desde o início de sua administração, entrando em choque com o chefe do Estado-Maior do Exército, General Eric Shinsek, tendo em vista ser o Exército americano o serviço mais afetado por essas idéias inovadoras. Pouco antes do início do deslocamento das forças para o Golfo, houve o desentendimento a respeito do efetivo empregado, que Shinsek achava insuficiente para o cumprimento da missão, bem como anteriormente, quando o Departamento de Defesa cortou as verbas destinadas ao Crusader, o novo canhão autopropulsado de 155mm que seria fabricado para o Exército, por considerá-lo pesado e inadequado às novas teorias de emprego de forças.

Os pontos de vista de Rumsfeld prevaleceram em ambas as contendas, e embora o secretário fosse criticado por vários generais que participaram da campanha anterior contra o Iraque, impôs a Tommy Franks ganhar a nova guerra praticamente com metade dos efetivos terrestres empenhados em 1991, empregando os conceitos do rápido domínio, utilizando-se do "choque e pavor".

O conceito de Rápido Domínio, considerando o desenvolvimento tecnológico como fator preponderante, prescreve essencialmente o emprego de tropas mais leves e com maior mobilidade, veículos aéreos não tripulados, sistemas de armas com maior precisão e não detectáveis, melhores sistemas de comunicações e de guerra eletrônica, de

modo a atender os seus fundamentos: conhecimento total e controle do campo de batalha em suas quatro dimensões (dimensão eletromagnética), rapidez de manobra e brilhantismo na execução.

Quase ao término da primeira semana de combates, quando as forças norte-americanas estacionaram nas margens do Eufrates e as britânicas encontravam dificuldade para consolidarem-se em Basra, recrudesceram nos Estados-Unidos, particularmente por parte de generais, críticas à condução da guerra e ao *shock and awe*. Entretanto, o rápido desenlace fez com que o secretário de Defesa levasse a melhor em mais essa queda-de-braço.

Entretanto, nem a RMA nem a *shock and awe* constituem um estilo novo de guerra. Esses mesmos princípios, ajustados à tecnologia disponível na época, já foram empregados por Belizário no século VI da Era Cristã, Gengis Can na Idade Média e pelos alemães na sua *blitzkrieg*, dramaticamente mostrada ao mundo por Guderian na Segunda Guerra Mundial.

Mais recentemente, esses mesmos procedimentos foram aplicados nas manobras israelenses na Guerra do Yon Kippur, sendo teorizados, no início da década de 80, por W. Lind, que a denominou Guerra de Manobra, incorporando em sua teoria as idéias de John Boyd sobre o combate em inferioridade numérica.

A Teoria de Boyd, fruto do estudo de uma grande diversidade de casos reais, se aplica em qualquer situação em que dois partidos contrários se defrontam. Ele observou que, em qualquer conflito, os dois adversários passam por repetidos ciclos compostos das fases de observação – orientação – decisão – ação (O-O-D-A). O partido potencialmente vitorioso é aquele que possui o ciclo sensivelmente mais rápido do de seu adversário, pois a divergência dos ciclos se acentua com o decor-

rer do tempo, até que o comandante mais lento compreende que nada mais pode fazer para reverter a situação em seu favor.

Na Guerra de Manobra, o efeito desejado é romper a coesão mental do comandante adversário, criando para ele uma sucessão rápida de situações perigosas e inesperadas, tornando-o confuso e com menor percepção do campo de batalha. A vitória depende mais da destruição psicológica do que da destruição física do inimigo.

Seus fundamentos são fluidez do campo de batalha, procura de esmagadora superioridade momentânea em pontos selecionados e emprego de repetidos golpes de ação de choque. O conhecimento do adversário e do seu *modus operandi* é fundamental. Um sistema eficiente de reconhecimento e transmissão de informações, audácia e mobilidade constitui-se na chave de seu emprego com sucesso. Praticamente os mesmos fundamentos das novas teorias.

O secretário de Defesa Donald Rumsfeld é apologista dessas novas concepções, inclusive da Guerra de Manobra, e levou-as em consideração na revisão da Estratégia de Defesa(2001) que orienta o emprego e a organização dos serviços militares.

Este documento abandona o conceito de emprego em dois teatros, dando ênfase na dissuasão em quatro teatros críticos, na capacidade de derrotar dois inimigos simultaneamente e na manutenção de apenas uma força pesada de ocupação. No lugar de construir a capacidade militar em função do inimigo dos últimos 50 anos, passou a fazê-lo orientado pelas vulnerabilidades nacionais, identificadas nas suas redes de informações, no seu sistema de satélites, nas bases no exterior e na falta de proteção de suas cidades.

São ainda apresentados seus seis objetivos principais:

– proteção do território norte-americano e de suas bases no exterior;

- projetar e manter o poder em teatros distantes;
- negar santuários ao inimigo;
- proteger de ataques as redes de informações;
- utilizar a tecnologia de informações para ligar as diferentes forças para que elas possam de fato lutar combinadas; e
- manter desimpedido o acesso ao espaço e proteger a capacidade espacial de ataques.

As novas idéias sobre operações militares foram absorvidas no conceito de Operações Rápidas e Decisivas (RDO), mencionado na nova Estratégia de Defesa norte-americana, como substituta da estratégia da Superioridade Esmagadora.

A RDO coloca o seu foco em destruir a capacidade do inimigo fazer a guerra, contrariamente à tendência de somente derrotar a capacidade de lutar de suas forças armadas. A RDO considera o poder nacional com os seus componentes constituindo um siste-

ma e procura os pontos fracos nos fatores de suas expressões, atuando contra os identificados para destruir a coesão sistêmica através de embargos, congelamento de fundos, isolamento político, ações psicológicas e militares.

Utilizando as novas concepções para o emprego das forças armadas, a RDO preconiza engajamentos precisos, manobra dominante, proteção em todas as dimensões do espaço de batalha, enfoque logístico e

domínio do espectro eletromagnético. Esses requisitos alertaram para a necessidade dos serviços militares passarem por um processo de transformação.

A RDO foi a estratégia empregada parcialmente na Iugoslávia para derrubar Slobodan Milosevic, no Afeganistão contra os Talibans e plenamente na guerra que derrubou o governo de Saddam Hussein no Iraque.

Por outro lado, pouco pode ser falado sobre a estratégia de Saddam Hussein, que demonstrou não ter aprendido as lições de 1991. O prolongamento do conflito, embora com o sacrifício de sua população, era a sua cartada para manter-se no poder. As baixas que poderiam ocorrer na coalizão e os danos colaterais seriam amplificados e capitalizados para gerar o efeito CNN na opinião pública nos Estados Unidos e no Reino Unido, criando possibilidades para um armistício.

As suas forças, inclusive a Guarda Republicana, mal distribuída

no terreno e com a possibilidade de manobra restrita, já previsível devido à supremacia aérea adversária, proporcionaram espaços vazios entre elas, que permitiram rápidas penetrações em direção a Bagdá. As únicas ações bem-sucedidas foram as de guerrilha, nas quais os árabes demonstraram habilidade.

Do início das ações até a tomada de Bagdá foram 20 dias de combate, em que os iraquianos ofereceram alguma resistência até

---

**Em curto prazo, veremos nas estruturas dos serviços militares a presença de tropas mais leves e com maior mobilidade, a valorização da atividade de operações especiais, a incorporação de sistemas de armas e plataformas não detectáveis e com maior precisão em seus ataques e a predominância das redes integradas de informações**

---

as forças da coalizão ultrapassarem o corte do Eufrates e conquistarem Basra. Após este ponto de inflexão, na palavra dos próprios militares americanos, eles encontraram soldados mal preparados e maltrapilhos que simplesmente abandonavam o campo de batalha sem lutar, largando seus uniformes, armamento e equipamentos. As resistências foram esparsas e esporádicas. Após a queda da capital, o prosseguimento da IMEF sobre Tígrit não encontrou resistência significativa. No norte, as tropas americanas, com o auxílio dos curdos, controlaram facilmente as principais cidades.

Em resumo, a estratégia iraquiana pode ser definida como das “Mil e Uma Noites”, onde Mohammed Said al-Sahhaf desempenhou o papel de uma Xerazade fracassada.

## CONCLUSÃO

Dos propósitos definidos ao início das hostilidades, três foram plenamente atingidos: derrubada do governo de Saddam, controle do petróleo iraquiano e o levantamento das sanções da ONU. Não foram comprovadas as alegadas ligações do regime deposto com o terrorismo internacional. Os governos norte-americano e britânico estão enfrentando crises de credibilidade internas a respeito das armas de destruição em massa, sendo acusados pelos seus opositores, na melhor das hipóteses, de terem sido levianos e irresponsáveis. No que se refere à democracia nos moldes ocidentais, o caminho será muito longo e difícil de ser alcançado, particularmente por ser um governo do povo, pelo povo e para o povo considerado uma heresia para os islâmicos, que acreditam que somente Deus pode legitimar os governos.

Sob o ponto de vista das ações militares, a Estratégia de Segurança Nacional norte-americana menciona em seu texto a transformação das forças militares para assegurar a habilidade de conduzir operações rápidas e precisas. Assim a RDO, englobando os conceitos do Rápido Domínio e da RMA, deverá prevalecer na administração Bush, e o processo de transformação das forças seguirá em frente. Para tal Rumsfeld está neutralizando as contestações. Como primeiro passo, substituiu o secretário do Exército Thomas White, por James Roche\*, que ocupava a pasta da Força Aérea, em uma manobra considerada pelos analistas políticos norte-americanos não ortodoxa, tendo em vista a rivalidade entre os serviços e as disputas de verbas no orçamento pelas duas forças. O detalhe mais importante da alteração é que Roche, capitão-de-mar-e-guerra da reserva, foi assistente de Andrew Marshall, defensor da RMA, no Departamento de Defesa no seu tempo de serviço ativo e com ele mantém estreitos laços de amizade.

Rumsfeld anunciou também que não reconduzirá o chefe do Estado-Maior do Exército, General Eric Shinsek, ao fim de seu período, tendo cogitado, inicialmente, para o seu lugar o General Tommy Franks, que, entretanto, alegando motivos pessoais, pediu sua transferência para a reserva. Outro general, o vice-chefe do Estado-Maior, John M. Keane, também recusou o cargo por motivos familiares, fazendo com que Rumsfeld indicasse o General Peter J. Schoemaker, militar da reserva, comandante das Forças Especiais no período de 1977 a 2000, para a chefia do Estado-Maior do Exército. Desde a criação do cargo, em 1903, o General Schoemaker será o seu primeiro ocupante oriundo da reserva.

\* N.R.: Em maio de 2004: A aprovação dessa nomeação continua na dependência do Congresso e da apuração dos problemas de assédio sexual ocorridos na Academia da Força Aérea em 2002.

Por outro lado, Rumsfeld reconduziu os generais da Força Aérea, Richard B. Myers (do Corpo de Fuzileiros Navais) e Peter Pace respectivamente chefe e vice-chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, por mais um período, pois são eles considerados por componentes de uma excelente equipe para elaboração da estratégia militar e reorganização das forças e dos comandos regionais.

O General Wallace, que no dia 27 de março deu declarações dizendo que a guerra seria mais longa do que os analistas previam, será substituído no comando do V Corpo, tendo melhor sorte que o Coronel Joe Dowdy, comandante do 1º Regimento de Fuzileiros Navais, exonerado em pleno combate por solicitar maior efetivo para o cumprimento de sua missão.

Em resumo, as novas idéias serão prestigiadas. Quem for contrário será atropelado, e o Exército norte-americano passará por uma "lipoaspiração". Assim, em curto prazo, veremos nas estruturas dos serviços militares a presença de tropas mais leves e com maior mobilidade, a valoriza-

ção da atividade de operações especiais, a incorporação de sistemas de armas e plataformas não detectáveis e com maior precisão em seus ataques e a predominância das redes integradas de informações.

Entretanto, o teste enfrentado pela nova doutrina não nos parece ser suficiente para que ela seja tomada como absoluta. No Iraque ela foi empregada contra um inimigo desgastado por uma guerra desastrosa e por um período de 12 anos de embargos que afetaram, sem sombra de dúvidas, a capacidade iraquiana de reposição, modernização e manutenção de seu material e dos seus estoques de munição. Por outro lado, o terreno sem cobertura vegetal e praticamente plano favorece extremamente o emprego da arma aérea. Finalmente, as forças armadas e a população, devido ao insucesso das guerras anteriores e à opressão do regime de Saddam Hussein, encontravam-se vulneráveis à propaganda adversa, proporcionando, apesar da inesperada resistência inicial por parte dos xiitas no sul do país, as condições físicas e psicológicas para o "Rápido Domínio".

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Guerra do Iraque /; Conferência; RDO; RMA;

**As ações diplomáticas sem o  
respaldo da força militar são  
apenas exercícios de lirismo.**

*Kissinger*

(Revista do Clube Naval nº 328, 3º/03)

## AOS NOSSOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores, mais uma vez, que, ao nos enviarem seus trabalhos para publicação, incluam um resumo (*abstract*) de 10 a 20 linhas, descrevendo o propósito do artigo e indicando as áreas que foram abordadas na discussão de seu posicionamento, o qual deverá estar claramente subentendido no título do trabalho.

Este procedimento tem o propósito de facilitar a pesquisa dos nossos historiadores do futuro ao procurarem dados para seus trabalhos nos artigos da *Revista Marítima Brasileira*, bem como facilitar a primeira etapa para a sua disponibilidade na Internet.

Atenciosamente,

*REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA*